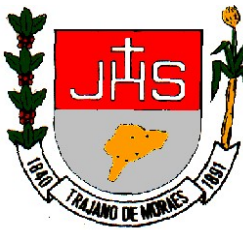


Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Trajano de Moraes
Comissão Permanente de Licitação

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) e EMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), conforme Lei Complementar 123/2006 e art. 48, I, da Lei Complementar n.º 147, de 07 de agosto de 2014.

ÍNDICE

- 1 - OBJETO**
- 2 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**
- 4 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**
- 5 - HABILITAÇÃO JURÍDICA**
- 6 - REGULARIDADE FISCAL**
- 7 - DAS DECLARAÇÕES**
- 8 - REGULARIDADE TRABALHISTA**
- 9 - DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA**
- 10 - DA AUTENTICAÇÃO DOS DOCUMENTOS.**
- 11 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Envelope I – Documentação de Habilitação) e (Envelope II - Proposta de Preços)**
- 12 - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**
- 13 - DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO**
- 14 - DO JULGAMENTO DA PROPOSTA**
- 15 - DOS RECURSOS**
- 16 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 17 - DO FORNECIMENTO**
- 18 - DA CONTRATAÇÃO**
- 19 - DO PAGAMENTO**
- 20 - DAS PENALIDADES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS**
- 21 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 22 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Trajano de Moraes
Comissão Permanente de Licitação

PROCESSO Nº 1972/2021

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CONVITE EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP Nº 01/2021

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço Unitário

A Câmara Municipal de Trajano de Moraes RJ, Pessoa Jurídica de Direito Público, por meio da Secretaria Geral, torna público, para conhecimento dos interessados, que, o Presidente e a respectiva Comissão, realizará certame licitatório, sob a modalidade, CARTA CONVITE EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP, **TIPO MENOR PREÇO UNITÁRIO**, cujo objeto se descreve abaixo, com todo o processo sendo regido pela Lei nº 8.666/93, Lei Complementar 123/06 e suas alterações posteriores, Lei Municipal 838/2011, e suas alterações e normas complementares, e ainda de acordo com as condições, a seguir enunciadas, destinadas a selecionar a proposta mais vantajosa, para atendimento do objeto definido no presente edital, devendo a proposta e documentação serem entregues **no dia 07 (sete) de abril de 2021, às 10:00 horas**, na sala de reuniões, na sede Administrativa do Poder Executivo, situado na Rua Drº Augusto Lengruber, s/nº, Centro – nesta cidade,.

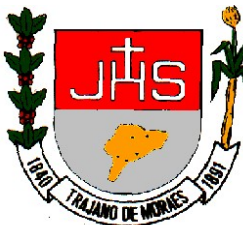
1- DO OBJETO

1.1 - O objeto da Licitação é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de implantação, migração e conversão de dados, treinamento, locação, suporte e manutenção de Sistemas Informatizados de Contabilidade Pública, Tesouraria, Folha de pagamento, Almoxarifado, Controle de Bens Patrimoniais, Portal da Transparência, Compras e Licitações, Registros de preços e Contratos, para atender à **CÂMARA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES** e Sistema Informatizado de contabilidade Pública, Tesouraria e Portal da Transparência para atender ao **FEMAF-CMTM- FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES**. Tudo de acordo com os padrões definidos na legislação vigente e nas especificações constantes no Edital e em seus anexos, principalmente neste Memorial Descritivo

1.2- Integram este Edital os seguintes anexos:

- Anexo I – Projeto Básico/Memorial Descritivo
- Anexo II – Proposta de preços e Critério de Aceitabilidade;
- Anexo III – Minuta do Contrato;
- Anexo IV – Declaração de Não Empregar Menor, para fins do disposto do inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666/93;
- Anexo V – Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação e Idoneidade;
- Anexo VI – Modelo de Declaração de Qualificação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- Anexo VII – Declaração que não possui servidor público em seu quadro de pessoal;

1.3- O Edital e seus anexos estarão disponíveis para download no site da Câmara Municipal de Trajano de Moraes (www.camaratrajano.rj.gov.br).



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Trajano de Moraes
Comissão Permanente de Licitação

2 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 – As despesas decorrentes para a realização do objeto desta licitação correrão por conta dos recursos consignados na Câmara Municipal de Trajano de Moraes para o exercício de 2021, no Programa de Trabalho e no Elemento de Despesa específico.

Programa de Trabalho: 0100.103100052.001

Dotação: 3390.39.001

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - A participação nesta licitação é restrita aos Microempreendedores Individuais - MEI, Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, conforme o Art. 37 da Lei Municipal 838/2011, no dia, hora e local estabelecidos neste edital, somente empresas do ramo pertinente ao objeto e que satisfaçam todas as exigências do presente Edital.

3.2 - Entende-se por Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte aptas a participar do presente certame aquelas definidas no Artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06 e que não se enquadram em nenhuma das situações previstas no § 4º deste mesmo Artigo 3º da Lei Complementar 123/06.

3.3 - Entende-se por Microempreendedores Individuais aptos a participar do presente certame aqueles definidos na Lei Complementar 128/08.

3.4 - Os Microempreendedores Individuais, as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte doravante serão designadas respectivamente por MEI/ME/EPP.

3.5 - O MEI/ME/EPP deverá entregar fora de qualquer envelope a declaração de enquadramento (ANEXO VI).

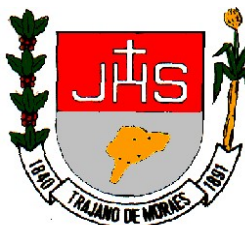
3.6 – Não serão admitidas, neste certame, as participações de empresas

3.7 – Com constatação de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme inciso IV do art. 87, da Lei 8.666/93;

3.8 – Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas, ou subsidiárias entre si, ou ainda, quaisquer que seja sua forma de constituição, ou que sejam controladoras, coligadas, subsidiárias, ou que independentemente nomeiem um mesmo representante;

3.9 – As empresas que cumprem penalidade de suspensão ou impedimento para licitar com a Administração Pública;

3.10 – As empresas que tenham em seus quadros servidores, civis ou militares, nas condições previstas no art. 9º, incisos I, II e III da Lei 8.666/93, com as ressalvas dos §§ 1º e 2º do mesmo dispositivo legal;



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Trajano de Moraes
Comissão Permanente de Licitação

4 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

4.1 - Os envelopes contendo os documentos relativos à habilitação (ENVELOPE 1) e a proposta de preços (ENVELOPE 2) deverão ser apresentados separados, fechados, contendo em sua parte externa:

ENVELOPE 1 – DOCUMENTAÇÃO
CONVITE 001/2021
NOME DA LICITANTE
CNPJ DA LICITANTE (carimbo)

ENVELOPE 2 – PROPOSTA DE PREÇOS
CONVITE 001/2021
NOME DA LICITANTE
CNPJ DA LICITANTE (carimbo)

5 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

5.1 - Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;

5.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

5.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

5.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.5 - A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;

5.6 - ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembleia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

6 - REGULARIDADE FISCAL

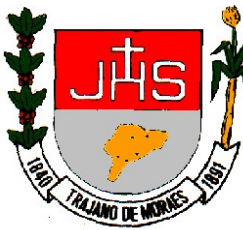
6.1 - Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), independente de validade;

6.2- Certificado de Regularidade perante o FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

6.3 - Certidão Unificada de Regularidade Fiscal RFB/PGFN, inclusive de contribuições previdenciárias (INSS) ou apresentar em separado as duas certidões: Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de negativa – CND, fornecida pelo INSS e Certidão de Prova de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);

6.4 – Apresentação de **Inscrição no cadastro de contribuinte Municipal (Comprovante de Inscrição ou Alvará)** ou **Estadual (Comprovante de Inscrição, e de Situação Cadastral)** se houver relativo à sede do concorrente, pertinente ou seu ramo de atividade e compatível com o objeto do contrato social, com finalidade de comprovação de inscrição nas respectivas fazendas, independente de validade;

6.5 – **Prova de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Estadual.** Admiti-se que a regularidade junto a Fazenda Estadual seja demonstrada por meio de Certidão Negativa de



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Trajano de Moraes
Comissão Permanente de Licitação

Débitos ou por meio da Certidão Positiva de com efeito de Negativa, quando o crédito tributário encontrar-se suspenso, segundo o disposto no art. 206 do Código tributário Nacional;

6.6 – Apresentação de Certidão Negativa da Dívida Ativa com o Estado do domicílio ou da sede do Licitante ou certidão com restrições;

6.7. - Certidão Negativa para com a Fazenda Municipal no domicílio ou sede do licitante (CND - Tributos Municipais). Admiti-se que a regularidade junto a Fazenda Municipal seja demonstrada por meio de Certidão Negativa de Débitos ou por meio da Certidão Positiva de com efeito de Negativa, quando o crédito tributário encontrar-se suspenso, segundo o disposto no art. 206 do Código tributário Nacional;

6.8. – Apresentação de Certidão Negativa da Dívida Ativa com o Município do domicílio ou da Sede do Licitante ou certidão com restrições;

6.9 – Nas Licitações públicas a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigido para efeito de assinatura do contrato, nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela LEI COMPLEMENTAR Nº 155, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016;

6.10 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

6.11 – No caso de Licitantes não sujeitos à inscrição junto às Fazendas Estadual e Municipal, estes deverão comprovar tal situação através de Certidão de Não-Contribuinte, emitida pelo órgão competente;

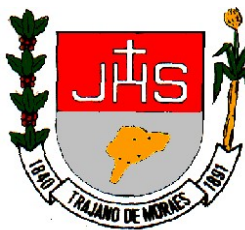
6.12 - A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

7 - DAS DECLARAÇÕES

7.1- Declaração de cumprimento ao determinado no inciso V, do art. 27 da Lei 8.666/93, de que não incide na proibição contida no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme **Anexo IV – Declaração de Não empregar menor.**

7.2- Declaração pelo representante legal da empresa que não possui em seu quadro de pessoal, servidores, empregados públicos ou dirigentes da Câmara Municipal de Trajano de Moraes, ou que tenha sido, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias, ocupantes de cargo, emprego ou função na Câmara Municipal de Trajano de Moraes; que tenha tomado parte na elaboração do projeto como autor ou colaborador, conforme disposição do art. 9º, da Lei 8.666/1993, conforme modelo contido no **Anexo VII** deste Edital.

8 - REGULARIDADE TRABALHISTA



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Trajano de Moraes
Comissão Permanente de Licitação

8.1 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. Admite-se a comprovação de Certidão Trabalhista comprovada por meio de Certidão positiva com efeito de negativa, com os mesmos efeitos da CNTD, segundo disposto no art. 642-A, § 2º da CLT.

8.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e **trabalhista**, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.3 – Cópia da carteira de identidade de um dos sócios da empresa, devidamente autenticada;

8.4 - O MEI/ME/EPP deverá entregar fora de qualquer envelope a declaração de enquadramento (ANEXO VII).

9- DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

9.1 – Apresentar declaração que possui capital social ou líquido igual ou superior a 10 (dez) % por cento do valor global do valor estimado cotado do item, conforme o caso.

9.2 - Os Microempreendedores individuais estão dispensados de apresentar a comprovação exigida nos item 9.1, devendo apresentar o Recibo de Entrega de Declaração Anual do SIMEI.

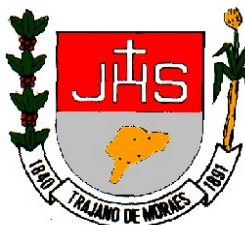
9.3 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

10 – DA AUTENTICAÇÃO DOS DOCUMENTOS.

10.1 – Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por servidor da Administração. (*Obs. para agilizar o procedimento a autenticação por servidor público será feita até um dia antes a data de abertura dos envelopes,*), ou publicação em órgão de Imprensa Oficial, devendo ser, necessariamente, legíveis; sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas. O Presidente poderá solicitar os originais dos documentos a qualquer tempo, ou abrir diligência para esclarecimentos de dúvidas ou complementar a instrução do processo;

11- DO NÃO CUMPRIMENTO DA HABILITAÇÃO

11.1 – Na falta de qualquer documento necessário à habilitação dos subitens 05, 06, 07, 08, 09 e 10, da licitante no envelope nº 1, esta se tornará, automaticamente, inabilitada:



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Trajano de Moraes
Comissão Permanente de Licitação

12 - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:

12.1 - A proposta deverá ser digitada, manuscrita com clareza ou impressa e apresentada em 1 (uma) via sem alternativas, emendas, acréscimos, borrões, ressalvas, rasuras ou entrelinhas, salvo se, inequivocadamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais proponentes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo proponente ou representante legal do licitante;

12.2 – Cada item deverá apresentar uma única cotação, com valor unitário e total expressos em algarismos – limitados a 02 (duas) casas decimais – em moeda nacional;

12.3 - No caso de divergência entre os valores unitário e total, prevalecerá o primeiro;

12.4 - O preço proposto será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

12.5 - A cotação de preços englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

12.6 – A Licitante que apresentar proposta em outro formato de arquivo diferente do presente edital com o timbre próprio, só será aceita se estiver em conformidade com o anexo II do presente edital.

12.7 – A validade da proposta de preços não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da abertura dos envelopes.

12.8 – Nos preços apresentados terão que está incluído todo custo com transporte, pessoal e alimentação, hospedagem, bem como serviços implantação.

13- DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

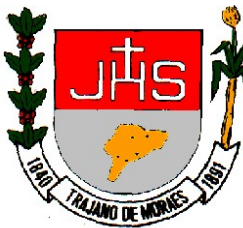
13.1 – Abertos os envelopes “DOCUMENTAÇÃO”, a Comissão Permanente de Licitação poderá apreciar os documentos das empresas participantes, individualmente, divulgando o nome das empresas licitantes habilitadas e inabilitadas, devendo às últimas serem devolvidos os envelopes “PROPOSTA DE PREÇOS” devidamente fechados, desde que não tenha recurso.

13.2 – A falta de qualquer documento exigido no Edital implicará a inabilitação da licitante.

13.3 – Facultada à Comissão Permanente de Licitação ou ao Servidor designado, em qualquer fase do Convite, solicitar os originais dos documentos ou abrir diligência para esclarecimentos de dúvidas ou complementar a instrução do processo, a fim de habilitar o licitante para a próxima fase, ou seja, a abertura dos envelopes com as propostas.

14 - DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

14.1 – Trata-se de licitação enquadrada no art. 45, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/93 – Menor Preço Unitário.



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Trajano de Moraes
Comissão Permanente de Licitação

14.2 - Serão consideradas vencedoras as propostas que apresentarem menor preço unitário, levando-se em consideração objetivamente o atendimento às especificações deste edital, ouvidos os órgãos competentes desta Câmara, se necessário;

14.3 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, far-se-á sorteio (art. 45 § 2º da Lei 8.666/93), ainda no ato da reunião, para a qual todas as licitantes envolvidas serão convocadas.

14.4 - A Câmara Municipal de Trajano de Moraes se reserva no direito de:

14.5 - Rejeitar quaisquer propostas, cujos preços sejam simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado ou exorbitantes;

14.6 - Revogar a licitação por interesse público, devidamente justificado, conforme o Artigo 49 da Lei nº 8.666/93 e alterações;

14.7 - Anular obrigatoriamente a licitação por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93 e alterações;

14.8 - Rejeitar propostas que contenham emendas ou rasuras.

14.9 - Quando as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação ou servidor designado poderá fixar, o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, observando os termos do art. 48 da Lei 8.666/93.

15 - DOS RECURSOS

15.1 - Declarado(s) o(s) vencedor(es), o(s) licitante(s) que quiser(em) recorrer(em) deverá(ão), observado o disposto no art. 109 da Lei 8.666/93, apresentar(em) recurso, dirigido à autoridade competente, por intermédio da Comissão da Licitação, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, estando presente o interessado.

15.2 - Os recursos deverão ser formalizados por escrito em 2 (duas) vias e dirigido ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação que aplicou a penalidade e entregue mediante protocolo, na Secretaria de Geral, devidamente fundamentados, assinados por representante legal da licitante.

15.3 - A interposição de recurso por qualquer um dos Licitantes será comunicada imediatamente aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da ciência do mesmo, tudo conforme a previsão legal contida nos §§ 3º e 6º, do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

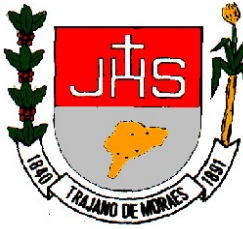
15.4 - A decisão sobre os recursos eventualmente interpostos será comunicada imediatamente a todos os Licitantes interessados, por escrito e mediante recibo;

15.5 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

16 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 - Poderá a Administração pela inexecução total ou parcial do contrato, aplicar ao contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das preconizadas em Lei:

16.2 - Advertência (art. 87, Inciso I da Lei 8.666/93);



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Trajano de Moraes
Comissão Permanente de Licitação

16.3 - Multa de mora de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado (Artigo 86 da Lei 8.666/93), aplicado sobre o valor do objeto contratado, a juízo da Administração;

16.4 – Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato (art. 87, Inciso II da Lei 8.666/93);

16.5 - Suspensão temporária do direito de participar em licitações e contratar com a Administração pelo período não superior a 02 (dois) anos (art. 87, Inciso III da Lei 8.666/93);

16.5 – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública (art. 87, Inciso IV da Lei 8.666/93).

17 – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

17.1 – O local de prestação dos serviços licitados será a sede administrativa da Câmara Municipal de Trajano de Moraes, situada na Rua Drº Augusto Lemgruber s/nº Centro – Trajano de Moraes, com autorização prévia dos responsáveis designados para este fim, obedecendo as condições e prazos, estipulada no presente edital.

17.2 – A empresa vencedora deverá disponibilizar o contato dos seus colaboradores, que prestarão suporte técnico, nos serviços licitados, bem como informar ao responsável pelo contrato de visitas presenciais e atualizações necessárias ao bom andamento dos serviços.

18 - DA CONTRATAÇÃO

18.1 – Homologada a licitação pela autoridade competente, a Câmara emitirá a(s) nota(s) de empenho para o(s) proponente(s) vencedor (es) visando a execução do objeto desta licitação.

18.2 - O prazo para a efetivação do pagamento, desde que não haja fator impeditivo provocado pela licitante, será de até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal de serviços.

18.3 – O Prazo de prestação do serviço será de **acordo com o estabelecido no Termo de Referência**, contados a partir da data de autorização de Secretaria Geral, após o empenho e Homologação.

18.4 – A empresa que for vencedora terá que assinar contrato ou outro instrumento contratual aplicável com esta Câmara, a vigência contratual será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura. É facultativo a administração prorrogar ou alterar o contrato, nos termos da Lei, fundamentos nos art. 57 e 65 da Lei 8666/93.

18.5 – No todo ficará a contratada, obrigada a fornecer o objeto do presente termo em estrito controle e aceitação desse termo de referência.

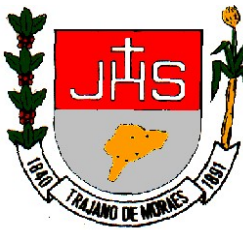
18.6 – As condições para a aceitação do objeto do presente contrato será após, a verificação dos responsáveis designados para esta finalidade ter feito avaliação do conteúdo do mensal, na qual atendeu as condições preestabelecidas dos serviços.

18.8 – A aceitação provisória e definitiva do objeto, será aquela definida no Memorial Descritivo, em cumprimento ao art. 73, I – alíneas a) e b) da Lei 8666/93.

Rua Drº Augusto Lemgruber s/nº-Centro - Trajano de Moraes-RJ

CEP: 28750-000 – Tel/Fax: (22) 2564-1108

www.camaratrajano.rj.gov.br



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Trajano de Moraes
Comissão Permanente de Licitação

18.9 - Os recursos orçamentários estarão mencionados na Nota de Empenho com previsão da realização do objeto;

18.10 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou pelo contrato.

18.11 – A aceitação definitiva e provisória do objeto será da seguinte forma abaixo, obedecendo aos critérios da 8666/93:

Art. 73. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

I - Em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 desta Lei;

19 – DO PAGAMENTO

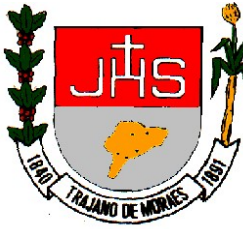
19.1 - O pagamento será realizado, após a apresentação do documento fiscal correspondente e será devidamente conferido e atestado por 02 (dois) servidores do setor responsável pela fiscalização do objeto deste Edital, e posteriormente encaminhado para pagamento, sendo processado em conformidade com a legislação vigente no **prazo de até 30 (trinta) dias**, após o recebimento na Nota Fiscal e relatórios ou requisição que terá que acompanhar as respectivas notas fiscais. Se por motivos de necessidades vier à contratada emitir nova nota fiscal para sanar possíveis erros ou falar na sua emissão, o prazo a ser contado para pagamento será após ser recebida a nova nota corrigida;

19.2 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços.

19.3 - A licitante vencedora deverá apresentar requerimento de solicitação de pagamento após a realização dos serviços, acordo com as requisições realizadas dentro do período dos mesmos, e posterior apresentação da **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**, sendo encaminhada para o pagamento, a(s) qual(is) será(ão) conferida(s) e atestada(s) por 2 (dois) servidores competentes.

19.4 – A Câmara Municipal por ocasião do pagamento antecipe o prazo aqui estabelecido 30 (trinta) dias subitem 19.1, será descontado **0,033% (trinta e três milésimo por cento)** por dia de antecipação do valor da parcela devida.

19.5 – Caso os pagamentos sejam efetuados após o prazo estabelecido no subitem 26.1, por culpa da Contratante, esta ficará sujeita a multa de **0,10% (dez centésimos por cento)** ao dia sobre o valor da respectiva Nota Fiscal, até o limite de 10% (dez por cento), desde que, para tanto, não tenha concorrido a Contratada.



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Trajano de Moraes
Comissão Permanente de Licitação

19.6 – O Cumprimento do item **19.5**, será motivado pela contratada, que apresentará à Secretaria Geral as justificativas comprobatórias, com manifestação de atraso no pagamento, através de planilhas, contendo demonstrações de valores, com as porcentagens já definidas por este edital e demais conteúdos de atraso dos vencimentos.

19.7 – Caso a administração considere o pedido de multa fundamentada nas exigências dos itens anteriores, está receberá corrigido o valor por dias de atraso.

20- DAS PENALIDADES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

20.1 - Em conformidade com o estabelecido nos artigos 77, 78, 86, e 87 da Lei nº 8.666/93, a licitante vencedora que descumprirem quaisquer das cláusulas ou condições do presente CONVITE ficará sujeita às seguintes penalidades:

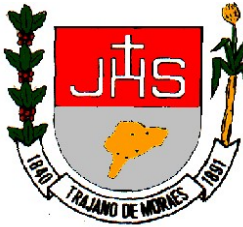
- a) por atraso injustificado na prestação dos serviços, superior a 10 (dez) dias: 1% (um por cento) sobre o valor global contratado, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho ou rescisão contratual;
- b) por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Presidente: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;
- c) recusa do adjudicatário em assinar/receber o Contrato, dentro de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;
- d) por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta ou sobre a parcela não executada, respectivamente. - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração;
- d) por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Presidente: até 01 (um) ano;
- e) por recusa do adjudicatário em assinar/receber o Contrato, dentro de até 05 (cinco) dias corridos da data da convocação: até 01 (um) ano;
- f) por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato: até 02 (dois) anos.

20.2 - As multas serão cumulativas com as demais penalidades.

20.3- Os licitantes serão responsáveis por todas as informações prestadas na proposta de preço e na documentação exigida na fase de habilitação, sujeitando-se às penalidades legais, caso venha induzir a Comissão Permanente de Licitação a erro no julgamento.

20.4 – Decaía do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas, na forma prevista no § 2º do art. 41 da Lei nº 8.666/93;

20.5 – A Minuta do Contrato que acompanha esse instrumento convocatório menciona as sanções, multas e cláusulas das penalidades em caso de descobrimento das obrigações da



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Trajano de Moraes
Comissão Permanente de Licitação

contratada e da contratante, sujeitando-se a elas, caso venham assinar contrato com esta Municipalidade.

21 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1 - efetuar reparos e correções dos serviços licitados em até 24 (vinte e quatro) horas, após da efetiva comunicação, caso seja constatada a impossibilidade de uso e/ ou manuseio dos objetos;

21.2 - prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Câmara;

21.3 - cumprir as demais condições estabelecidas neste Edital e aquelas contidas no Memorial Descritivo anexo ao edital.

21.4 – O prazo de prestação dos serviços será de **12 (doze)** meses, contados a partir da emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogados a critério da administração, com fundamento na Lei 8666/93, art. 57, inciso II.

21.5 – Se, dentro do prazo, o vencedor não cumprir o edital, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para prestar o serviço, em igual prazo e nas mesmas condições da proposta apresentada pelo primeiro classificado, inclusive quando aos preços atualizados pelo critério previsto neste edital, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato ou nota de empenho e mais a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com Administração Pública por 02 (dois) anos.

22 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

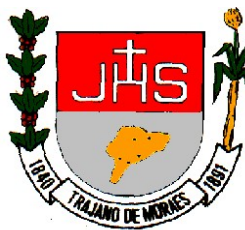
22.1 - O presente Edital será entregue às firmas convidadas e eventuais interessadas em participar do Certame.

22.2 - O licitante que enviar os envelopes **1 - DOCUMENTAÇÃO** e **2 - PROPOSTA DE PREÇOS** e não estiver presente na reunião, não cabe entrar com recursos ou discordar do resultado da presente licitação.

22.3 – O licitante que não se fizer presente pelo seu sócio ou representante legal no ato do certame e caso tenha alguma restrição na sua regularidade fiscal, a comissão mesmo sabendo que a empresa não tem seu representante presente, não impedirá de ser aberto o envelope II relativo à Proposta de Preço. Esta ficará sabendo através de email ou contato por telefone, que terá os dias estabelecidos no presente edital para ser regularizar.

22.4 - Da sessão de recebimento e abertura dos envelopes de documentos de habilitação e de proposta será lavrada ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes.

22.5 - A ata será assinada pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes, ficando desde já entendido que aqueles que não a assinarem decairão do direito de reclamar contra o processamento da presente licitação.



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Trajano de Moraes
Comissão Permanente de Licitação

22.6 - Se as licitantes vencedoras deixarem de aceitar a nota de empenho dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da referida nota, sem justificativa por escrito e aceita pela Presidência, restará caduco o seu direito de vencedora, sujeitando-se às penalidades aludidas neste edital.

22.7 – A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito de contratação.

22.8 – Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.9 – É facultada a presença do representante legal da licitante.

22.10 - A Comissão Permanente de Licitação, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e na proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam o resultado e a lisura da licitação, uma vez passíveis de serem sanadas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após encerrada a reunião.

22.11 - Naquilo que o presente Edital não for suficiente, prevalecerá o que dita a Lei 8.666/93, consolidada e demais legislações pertinentes e cabíveis.

22.12 – As dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser encaminhadas através do email licitacao@camaratrajano.rj.gov.br ou diretamente no Departamento de Licitações e Contratos via protocolo. Não serão aceitos pedidos de impugnação por email.

22.13 - Fica eleito o Foro da comarca de Trajano de Moraes – RJ para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa.

22.14 - Maiores informações a respeito do presente Edital e seus anexos, poderão ser obtidas no setor de Licitações da Câmara Municipal de Trajano de Moraes, situada na Rua Drº Augusto Lemgruber s/nº - Centro – Trajano de Moraes - RJ, ou pelo telefone: (22) 2564-1108.

Trajano de Moraes, 24 de março de 2021.

Heleno Loureiro da Rocha
Presidente CPL